



Folha SINDISSÉTIMA

FORTALEZA | CE | JULHO / AGOSTO 2011 | Nº 71 | ANO IX

www.sindissetima.org.br

JORNAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES DA SÉTIMA REGIÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

REIVINDICAÇÕES

Sindissétima cobra cumprimento de promessas da Administração do TRT

Após mais de um ano do início da gestão, o Sindissétima voltou a se reunir com a Administração do Tribunal. Nesse intervalo, muitas reivindicações não saíram do papel

A reunião foi realizada no dia 8 de julho. O objetivo foi debater idéias, sugestões e reivindicações que foram encaminhadas à Presidência em 10 de setembro de 2010, no início da atual gestão. As reivindicações foram embasadas em pesquisas realizadas pelo Sindissétima que ouviu a categoria para identificar de maneira clara quais as principais dificuldades e também quais as expectativas dos servidores em relação a gestão que ora se iniciava. Decorrido um ano, a reunião objetivou avaliar quais os pleitos atendidos e quais ainda continuam sem solução.

Primeiramente a presidente do Sindissétima agradeceu a disponibilidade do Des. Presidente e de sua equipe e enfatizou que a conduta do Sindissétima pauta-se pela responsabilidade nas críticas e também no desejo de contribuir para que o enfrentamento dos problemas resulte em maior eficiência para o Órgão e a valorização dos seus servidores. Assim sendo a Presidente reiterou que, embora o TRT esteja dentro da margem legal estabelecida para o preenchimento de cargos em comissão por pessoas alheias ao Quadro de servidores, considera-se que o Órgão teria muito a ganhar se preenchesse um número maior desses cargos com servidores de carreira, que tendo ingressado no serviço público por concurso, são competentes e preparados e certamente mais comprometidos com a continuidade dos serviços administrativos e judiciários. O aproveitamento dos servidores nesses cargos ainda geraria significativa economia para o Erário.

O Presidente ponderou que apenas o Diretor Geral e a Secretária Geral da Presidência são cargos de sua escola pessoal.

Outro ponto debatido foi com relação à qualificação dos servidores. A insatisfação continua muito grande não só quanto aos cursos oferecidos mas também quanto à forma de aces-



FOTOS ASCOM TRT

A reunião foi realizada no início de julho na sala da Presidência



O Sindicato cobrou agilidade no pagamento de pensões aos familiares de servidores falecidos, prazo que chega à demora de quatro a cinco meses

so do servidor a eles. Foi discutida a necessidade de uma planilha de cursos para que o servidor possa se programar. O Sindissétima questionou sobre o desempenho da Escola Judicial, cujo diretor não estava presente na reunião, que apesar de tão bem estruturada administrativamente, ainda não disse a que veio. Sabe-se que os recursos existem, no entanto falta atitude e comprometimento. O Presidente admitiu a sua insatisfação quanto ao assunto e pediu providências aos setores competentes para dar uma pronta resposta a reivindicações tão pertinentes.

Também foi reiterada a preocupação com dois problemas que migraram de administrações anteriores e que se arrastam até os dias de hoje sem solução. O primeiro é a questão do estacionamento para os servidores, tanto nas imediações do TRT quanto do Fórum Autran Nunes. Ambos os prédios situam-se em áreas de grande densidade populacional o que até agora tem

inviabilizado as soluções procuradas. O Presidente comprometeu-se a recomendar que nos próximos prédios que o TRT venha a adquirir o problema não seja negligenciado.

OUTRAS PENDÊNCIAS - Outro assunto pendente é a necessidade de restaurante nos prédios do Fórum e TRT. A situação é mais difícil no Fórum onde os servidores não encontram, no entorno, locais adequados para fazer suas refeições. A Administração reconheceu o problema e prometeu procurar uma solução. O Sindissétima estará vigilante no cumprimento dessa promessa.

O Sindicato cobrou agilidade na solução de determinados procedimentos administrativos, como, por exemplo, no pagamento de pensões aos familiares de servidores falecidos. Denúncias que chegaram ao Sindissétima dão conta que da data do falecimento do servidor até a percepção da pensão pelos familiares, passam-se quatro ou cinco meses. Tal prazo é inadmissível dado o caráter alimentar da pensão. Também não parece razoável que servidores que viajem a serviço o façam sem receber suas diárias antecipadamente como prevê a Lei. Também externado o atraso das progressões funcionais. O Presidente recomendou aos responsáveis, atenção para solucionar estes problemas.



SAÚDE DO SERVIDOR - Outra preocupação dividida com a Administração do TRT foi em relação à saúde do servidor. Casos de alcoolismo, depressão, dependência de drogas, entre outros, que precisam ser acompanhados. As ações preventivas também são importantes. Foram solicitadas mais ações que envolvam os aposentados. Além disso, foi reivindicado o reajuste do auxílio médico que está muito defasado e empenho do TRT para ser o titular do plano de saúde dos servidores. O Presidente informou que o Diretor Geral tem participado de reuniões em Brasília em que se discute a formatação de um plano de auto-gestão de saúde para os servidores federais. É ver pra crer.

Enquanto isso, o Sindissétima tenta negociar taxas inaceitáveis de reajustes propostas pelos planos de saúde contratados, que para justificar os seus desmandos criaram um novo tipo de inflação: a inflação médica.

Outros pleitos ainda foram discutidos com o Presidente: a liberação dos servidores para os ensaios do Coral sem a compensação de horas, o que foi prontamente autorizado; o acesso do Sindissétima à Intranet, que também foi de imediato deferido pelo Presidente, mas até o momento não foi efetivado; e também as adequações necessárias nos prédios da Justiça do Trabalho para garantir o acesso de pessoas portadoras de deficiência, assegurado por Lei. Segundo a Administração estas mudanças deverão ser efetivadas até 15 de dezembro deste ano.

O Sindissétima mostrou ainda ao presidente o lamentável estado em que se encontram os prédios da Justiça do Trabalho em cidades do Interior e mesmo na região metropolitana de Fortaleza, caso de Caucaia em que o prédio que abriga a Vara apresenta-se deploravelmente sujo e mal cuidado.

Uma nova reunião ficou agendada para o dia 6 de outubro.

Projeto de Previdência pode atingir servidores públicos

A presidente Dilma Rousseff deu sinal verde para o PL 1992/07 que institui o regime de previdência complementar do servidor público federal. O governo está negociando um substitutivo, que será apresentado pelo próprio relator, ao projeto que tramita no Congresso Nacional desde 2007. A idéia é acolher algumas emendas ao texto original que foram apresentadas pelos deputados e que não alteram a essência da proposta.

Observem que a previdência complementar anda a passos largos, com o apoio do Poder Executivo. Com ela as perdas trazidas pela EC 41/2003 se consolidarão para os servidores que ingressarem depois de sua instituição. Essa reforma, aprovada pelo Congresso Nacional em 2003, faz parte da reforma previdenciária proposta pelo ex-presidente Lula e prevê que as pessoas que ingressarem no serviço público após a criação da aposentadoria complementar passarão a ter as mesmas regras dos trabalhadores da iniciativa privada. Ou seja, contribuirão para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e receberão aposentadoria até o valor de R\$ 3.672,00 – o teto atual do INSS.

Além disso, poderão contribuir para o fundo de pensão dos servidores e complementar a aposentadoria. As novas regras só valerão, portanto, para quem ingressar no serviço público após a aprovação da previdência complementar. Os atuais servidores só optarão pelo fundo de pensão se assim o desejarem. Serão assegurados o direito adquirido e as expectativas de direito. Mesmo que as mudanças tenham impacto nas contas públicas apenas num prazo muito longo, o governo considera indispensável.

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA - Em 2010, o déficit do regime próprio, que beneficia 950 mil servidores aposentados e pensionistas, ficou em R\$ 51,2 bilhões. O Ministério do Planejamento mostra que nos próximos quatro anos, cerca de 40% dos atuais 111.000 servidores públicos federais estarão em condições de requerer aposentadoria. Ou seja, se o fundo de pensão não for criado logo, os substitutos desses servidores ingressarão no serviço público com as regras atuais de aposentadoria, adiando a solução do problema.

O PL 1992 encontra-se na CTASP (Comissão de Trabalho Administração e Serviço Público) e, após apreciação seguirá para análise da Comissão de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Se aprovada segue para o Senado, pois tramita em caráter conclusivo e não precisa passar pelo Plenário. Se aprovada, a proposta dará origem à maior entidade de previdência complementar fechada do mercado brasileiro (FUNPRESP). E representa uma incerteza para o servidor na hora da aposentadoria, e atende aos interesses do mercado e não dos trabalhadores. ►►

Por que não o subsídio como modelo remuneratório para o judiciário federal e MPU?

O modelo remuneratório proposto pelos PLs 6613/2009 e 6697/2009 com reajuste linear de 56%, que aumentará os gastos com pessoal em 8 bilhões por ano, já foi negado pela equipe econômica do governo federal inúmeras vezes, sem acordo entre Executivo e Legislativo. Haja vista que é orientação governamental a não aprovação dos planos nos termos em que se encontram tramitando no Congresso Nacional, estes foram levados a uma situação de inércia no Congresso desde 2009.

O Governo Federal oferece como alternativa o pagamento em forma de subsídio – remuneração em parcela única – a exemplo do que foi aplicado para diversas carreiras do Executivo. O fato de o modelo remuneratório via subsídio ter sido proposto pelo Executivo, para resolver o impasse criado, não macula os evidentes benefícios que a implantação deste trará à administração pública e maioria dos servidores, tais como:

- Resgate da valorização e do reconhecimento profissional das categorias em relação aos demais servidores públicos da união com quem buscam equiparar-se;
- Remuneração superior para a maioria dos servidores;
- Redução do impacto orçamentário e, conseqüentemente, a viabilização da implementação orçamentária da proposta;
- Fim de disparidades remuneratórias entre cargos de mesma complexidade (vide reportagem do Correio Braziliense de 11/07/20011- abismo salarial entre funcionários

do judiciário com a mesma função);

- Transparência e paridade de vencimentos entre pessoal da ativa e dos aposentados;
- Fim da segmentação da carreira por grupos de interesses específicos;
- Aposentadoria com vencimentos integrais;
- Manutenção das funções comissionadas e cargos em comissão e gratificações e adicionais de natureza constitucional como 13º e as férias;
- Respeito aos institutos do direito adquirido e da irredutibilidade de vencimento.

O MPU, após plebiscito, em que a grande maioria dos servidores escolheu a remuneração via subsídio, declarou, por meio do Procurador Geral da República, que aceitaria encaminhar a proposta do subsídio ao congresso nacional, mas disse ser difícil um acordo, pois o presidente do STF defende o plano como originalmente encaminhado ao CN. Com o impasse formado, os servidores temem que mais um ano se passe com os salários congelados e vendo categorias que já possuem valorização bem superior a nossa (Receita Federal, TCU, BACEN, AGU etc – não por acaso remuneradas por subsídio) lançando seus planos de cargos e salários com possibilidade de aumento da, já enorme, disparidade salarial. ►►

Renato Alves Mees é Analista Judiciário - Esp. Engenharia

RAIO X

Hepatite mal cuidada pode evoluir e se tornar crônica

A hepatite é uma inflamação aguda e crônica do fígado. Ela é bastante comum e ocorre devido a diversos fatores. Ela pode ser de origem viral (hepatite A, B, C, D e E), tóxica e medicamentosa, alcoólica, bacteriana ou parasitária.

Os sintomas de uma hepatite variam segundo a sua origem, porém determinados sinais, tais como a icterícia (amarelão), urinas escurecidas, fezes esbranquiçadas, náuseas, ou fígado sensível ao toque, são comuns a todos os tipos de hepatite. O modo de transmissão de uma hepatite depende também da origem desta. A doença pode ser aguda e evoluir espontaneamente de forma favorável na maioria dos casos, sem deixar nenhuma seqüela. No entanto, uma hepatite mal cuidada pode evoluir e se tornar crônica, uma cirrose, ou até mesmo um câncer.

A Organização Mundial de Saúde estima que cerca de dois bilhões de pessoas já

* Fique atento aos sintomas

Os sintomas mais comuns são:

- **Icterícia:** coloração amarelada da pele e dos olhos;
- **Mal-estar,** cansaço ou fadiga;
- **Dor** abdominal;
- **Falta de** apetite;
- **Diarréia,** náuseas ou vômitos;
- **Febre;**
- **Dores** de cabeça ou dor no corpo;
- **Urina** de coloração escura (cor de coca-cola);
- **Fezes** de coloração esbranquiçada (tipo massa de vidraceiro).

Os sintomas podem variar de acordo com o organismo de cada pessoa. Entretanto, algumas pessoas podem não apresentar manifestações da doença.

tiveram contato com o vírus da hepatite B. No mundo, são cerca de 325 milhões de portadores crônicos da hepatite B e 170 milhões da hepatite C. No Brasil, o Ministério da Saúde estima que pelo menos 70% da população já teve contato com o vírus da hepatite A e 15% com o vírus da hepatite B. Os casos crônicos de hepatite B e C devem corresponder a cerca de 1,0% e 1,5% da população brasileira, respectivamente.

As hepatites B e C são doenças virais caracterizadas pela inflamação no fígado e causadas pelo vírus da hepatite B (VHB) e o vírus da hepatite C (VHC). Ambas ocorrem como infecções que podem ou não apresentar sintomas. Os vírus das hepatites B e C são transmitidos por via sexual, transfusão de sangue, hemodiálise, transmissão vertical (mãe-filho), seringas ou aparelhos perfurocortantes contaminados, como equipamentos odontológicos e materiais utilizados para tatuagem e piercing.

Assembleia decide: em agosto não haverá mobilizações

Devido ao baixo comparecimento dos servidores associados às assembleias que foram realizadas, a categoria optou por não realizar ações em favor do PCS durante o mês de agosto

Em Assembleia Geral Extraordinária da categoria, realizada, no último dia 3 de agosto, no Fórum, TRT e para servidores da área metropolitana, foi definido, por unanimidade, que os servidores do TRT7 não realizarão nenhuma mobilização a favor do PL-6613 durante o mês de agosto. Os servidores aguardarão os resultados das mobilizações que serão realizadas neste mês em Brasília. A decisão de não realizar mobilizações foi o número de servidores que compareceu às Assembleias do Fórum (34) e TRT(18). Ficou claro o desinteresse da categoria, e que não havia número de servidores suficiente para decidir pelas mobilizações. Uma nova Assembleia será realizada



Ao contrário do que aconteceu em assembleias anteriores, na última poucos servidores apareceram

no dia 26 de agosto, às 10h30min, onde serão discutidos os resultados da Ampliada.

Conforme Edital, foram eleitos os delegados que representarão o Sindissétima na Reunião Ampliada da Fenajufe que será realizada no dia 25 de agosto: Weimar Ferreira dos Santos, representante da 1ª instância;

Júlio César Pontes, representante da 2ª instância; Iuri Pinheiro, representante da área metropolitana (Varas de Caucaia, Baturité, Maracanaú e Pacajus) e Heloisa de Siqueira Felício, representante da Diretoria.

Os representantes eleitos participarão, também, de um ato público em frente ao STF, no dia 24. ▶▶

COMITÊ DE TRABALHO E JUSTIÇA

Sindissétima participa de Comitê que discute melhorias na Justiça do Trabalho

O Sindissétima foi convidado para integrar o Comitê de Trabalho e Justiça no Ceará. Criado no dia 16 de junho deste ano, em reunião realizada na sede do TRT/CE, quando o presidente do Tribunal, Cláudio Soares Pires, destacou a necessidade de criação de um fórum supra-institucional para debater os grandes temas, com relevância no mundo do trabalho e as questões que envolvem as instituições afetas às relações de trabalho e emprego.

CTJ/CE já tem um regimento interno que vai balizar toda a atuação do colegiado. A definição sobre o

regimento aconteceu durante reunião, realizada no dia 15 de julho.

Entre os objetivos do CTJ/CE, conforme prevê o regimento interno aprovado durante a reunião, está identificar ações que possam agilizar a prestação jurisdicional trabalhista no Estado do Ceará, como os fatos que dificultem a atuação dos órgãos e entidades ligadas à função essencial da Justiça do Trabalho e os que contribuem para o cometimento de ilegalidades nas relações de trabalho e emprego.

Além disso, o Comitê deve realizar reuniões, workshops e

seminários para incentivar e promover a integração entre a Justiça do Trabalho no Ceará, o Ministério Público do Trabalho no Ceará, a OAB/CE, as associações de servidores, advogados e magistrados e a sociedade em geral. Tudo isso com o objetivo de tornar a Justiça do Trabalho no Ceará cada vez mais plena, célere e eficaz.

Com um calendário mensal de reuniões, o CTJ/CE volta a se reunir no próximo dia 19 de agosto, na sede do Ministério Público do Trabalho, quando deve tratar de temas relativos a acidentes de trabalho. ▶▶

POR QUE MINHA RUA TEM ESSE NOME

Vicente Leite (1900-1941) | Homenageamos o talento daquele que foi um dos maiores artistas plásticos nacionais – o conterrâneo Vicente Rosal Ferreira Leite. Impressionista, com obras no Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, este cearense do Crato (companheiro de turma de Portinari, que o retratou em 1923), representou a terra de Alencar no Salão de Arte Contemporânea do Hemisfério Ocidental, em Nova Iorque, em 1941; depois de ganhar em 1938 e 1939, respectivamente, o Bronze e a Prata no Salão Paulista de Belas Artes. A sensibilidade cromática de Vicente Leite não somente lhe deu prêmios e viagens internacionais, mas, sobretudo, o colocou no patamar onde já se encontram Antônio Bandeira e Raimundo Cela.

Sugestões para essa coluna enviar e-mail para sindissetima@yahoo.com.br



RÁPIDAS ▶▶

▶▶ PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

Presidente do TSE defende PCS

Em reunião com os coordenadores da Fenajufe, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski, informou que o pleno do tribunal votará sua proposta orçamentária contemplando os valores do plano de cargos e salários da categoria. De acordo com o ministro, que reafirmou a defesa do projeto original, enviado pelo STF ao Congresso Nacional, o TSE seguirá a orientação do Supremo e, após a aprovação da peça orçamentária, enviará o ofício à Presidência da República no mesmo dia.

Perguntado pelos coordenadores da Fenajufe sobre declarações feitas durante reunião em Cuiabá, na qual teria sugerido um reajuste de 15%, Lewandowski afirma que sua defesa é a do PL e que sua fala, da forma como foi divulgada por algumas associações, foi descaracterizada para fora do contexto original, não ilustrando de fato a sua posição.

O presidente do TSE avaliou que "não faz sentido a defesa de subsídio, à medida que o STF firma, de maneira unânime e inequívoca, sua posição em defesa do PL original em sessão administrativa na última quarta-feira". "O passo dado pelo Supremo foi muito importante e a proposta do TSE dirá o mesmo. Nós já temos o PL que tramita no Legislativo e os recursos aprovados pelo STF, cujo entendimento será seguido pelo TSE", ressaltou o ministro, reafirmando sua defesa ao PCS.

No encontro, os coordenadores da Fenajufe reforçaram o pedido, já feito ao ministro em encontros anteriores, para que ele ajude no processo de negociação capaz de garantir o acordo necessário para aprovar o projeto. Em resposta a essa reivindicação, o presidente do TSE informou que continuará se empenhando para ajudar nas negociações entre o Judiciário e o Executivo e que nesta semana deverá procurar lideranças partidárias no Congresso.

▶▶ PLANOS DE SAÚDE

Diretoria acata reajuste após muita negociação

Em Assembleia Geral, realizada no dia 1º de agosto, os servidores do TRT 7ª Região enviaram uma proposta de reajuste da Unimed para 16%. O valor foi acatado pela diretoria do plano de saúde. Portanto, a partir da mensalidade do mês de agosto, um novo valor já será cobrado.

Em julho, foi a vez do HapVida reajustar seu valor em 11%.

Vale ressaltar, em ambos os casos, a atuação firme da diretoria do Sindissétima na defesa dos interesses dos servidores, pois os valores iniciais de reajustes propostos pelos planos eram absurdos. Foi necessária muita negociação para poder chegar ao valor que ficou estabelecido.

SERVIÇO | A relação dos convênios oferecidos aos sócios do Sindissétima está disponível na página eletrônica:

www.sindissetima.org.br

Ou se preferir, o sócio pode ir até uma das sedes do Sindicato (Fórum ou no Tribunal) e informar-se sobre como desfrutar de todos os convênios e descontos que são oferecidos.



Sessão do STF reafirma envio do orçamento com recursos para o PCS

Finalmente o Supremo Tribunal Federal resolveu posicionar-se sobre o Plano de Cargos e Salários dos servidores. As propostas advindas do Poder Judiciário não podem sofrer cortes pelo Executivo

Em sessão administrativa realizada no dia 3 de agosto, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmaram a posição do ministro Cesar Peluso de enviar mensagem à Presidência da República incluindo os recursos do PCS na proposta orçamentária do tribunal para 2012. Segundo o que foi aprovado por unanimidade, a peça contempla os valores para implementação integral do PL 6613/09 a partir de janeiro. Também estão incluídos na previsão os recursos relativos ao projeto que reajusta o subsídio dos magistrados e ao PL 319/07, que cria o adicional de qualificação para os técnicos judiciários com nível superior.



A previsão é que a mensagem a ser enviada ao Executivo, com a proposta orçamentária do STF, seja ainda este mês

Conforme a Constituição Federal, as propostas advindas do Poder Judiciário não poderão sofrer cortes por parte do Executivo, uma vez que cabe a este Poder fazer apenas a consolidação das propostas elaboradas pelos tribunais, dentro dos limites estipulados na Lei de Diretrizes Orçamentárias. De acordo com o parágrafo 4º do artigo 99 da CF, o governo só poderia fazer ajustes se houvesse desacordo com a LDO, o que não é o caso do PCS, já que o artigo 78 da lei aprovada em julho prevê a possibilidade de revisão salarial para os servidores do Judiciário Federal.

Após a sessão, os coordenadores da Fenajufe se reuniram com o diretor geral do STF, Alcides Diniz, que os informou que

a ata da sessão administrativa será divulgada explicitando a decisão tomada pelo colegiado do Supremo. A previsão é que a mensagem a ser enviada ao Executivo, com a proposta orçamentária do STF, seja ainda este mês. O mesmo procedimento deverá ser adotado pelos demais tribunais superiores e conselhos.

Na avaliação do diretor geral, essa decisão do STF reforçará a pressão da cúpula do Judiciário para que seja, de fato, estabelecido um canal de negociação com o governo federal, envolvendo os projetos citados. Segundo Alcides Diniz, os recursos previstos na peça orçamentária do Judiciário serão para atender o impacto do projeto original. ▶▶

SEM LICITAÇÃO

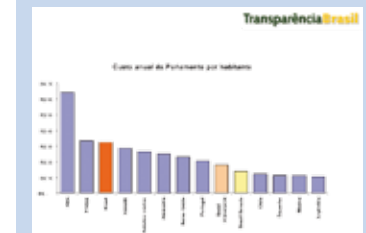
Fenajufe se reúne com Ayres Britto

Os coordenadores da Fenajufe também se reuniram com o vice-presidente do STF, ministro Ayres Britto, que considerou um avanço a decisão da sessão administrativa do Supremo, de reafirmar o envio da proposta orçamentária ao Executivo. O ministro, que se considerou otimista com a decisão a partir de proposição da Presidência, acredita que agora as negociações terão avanços favoráveis ao fechamento de um acordo para o reajuste dos servidores.

Na avaliação dos coordenadores da Fenajufe, a decisão do STF é importante para pressionar o governo a fechar um acordo necessário à aprovação do PL 6613/09.

CAIUNA REDE

Saiu no Bom Dia Brasil



Um estudo feito pela Transparência Brasil concluiu que os parlamentares brasileiros são os mais caros do mundo!

Um minuto trabalhado aqui custa ao contribuinte R\$ 11.545,00.

Por ano cada Senador não sai por menos de 33 milhões de reais.

O custo anual de um Deputado é de R\$ 6.600.000,00.

Os valores gastos com o congresso causou ainda mais espanto quando comparados a países mais ricos que o Brasil.

Se fizermos a média de custo de Deputados e Senadores, cada parlamentar sai por R\$ 10,2 milhões por ano, na Itália R\$ 3,9 milhões por ano; na França pouco mais de R\$ 2,8 milhões; na Espanha cada parlamentar custa por ano R\$ 850,00 mil reais e na vizinha Argentina R\$ 1,3 milhões.

Esse custo se repete nas Assembleias Legislativas, e o pior exemplo está aqui em Brasília, cada um dos 24 deputados Distritais, custa por ano 10 milhões de reais, e os Vereadores do Rio e São Paulo, cada um, sai por pelo menos R\$ 5 milhões de reais, e os contribuintes brasileiros são os mais pacientes do mundo.

CAIU NA REDE reproduzirá informações importantes que circulam pela internet - a nossa rede mundial de computadores - e que nos levam a reflexão. Se você já recebeu alguma dessas informações e quiser compartilhar conosco, basta enviar um e-mail para: folhadosindissetima@gmail.com.

CRISE EM BRASÍLIA

E o resto?

Muito bem. A presidente Dilma Rousseff fez algo nunca visto na história recente deste país. Pela primeira vez, pelo menos nos últimos oito anos, o país viu figurões do governo demitidos por envolvimento em mutretas e corrupção. Finalmente, um presidente diz não à roubalheira que se instalou na administração pública federal e saqueava o dinheiro do contribuinte.

Mas em meio a essa ação louvável da presidente - que não passou a mão na cabeça nem beijou a mão de nenhum corrupto - dois aspectos são merecedores de preocupação e apreensão. O primeiro é a indiferença com que os cidadãos brasileiros viram essa ação saneadora no Ministério dos Transportes, com cabeças coradas decepcionadas, a começar pelo próprio ministro que, segundo Lula, "há oito anos prestava inestimáveis serviços ao país".

Parece que os milhões de brasileiros nem mesmo tomaram conhecimento desse fato inusitado. Ministro, diretores,



Demitir e não punir é incentivar e estimular o bandido. Quem rouba - do cidadão comum ou do Estado - deve ir para a cadeia

gerentes, figurões protegidos da base aliada demitidos por corrupção. A coisa é tão surpreendente que parece mentira. Talvez, por isso, o povo nem deu bolas para ela. Essa indiferença dos nossos cidadãos, que não mais protestam contra os abusos nem aplaudem os acertos dos governos é preocupante. Parece ser o velório da cidadania.

O poder precisa de aplausos e de pressão para funcionar bem. É assim em todo o mundo civilizado. A apatia dos brasileiros, essa omissão perigosa, cada vez mais ajuda o país a marchar para a anarquia organizada. O brasileiro precisa voltar a encher as ruas para protestar ou para aplau-

dir. Precisa mostrar que está vigilante e que a cidadania está viva. Só com isso por fim à segunda preocupação: a de que depois de demitidos os responsáveis tudo fique como está. É preciso que a presidente Dilma tenha a coragem para levar a faxina adiante. Só com apuração de todas as denúncias - a maioria facilmente provada - e a punição dos responsáveis a limpeza estará completa.

Demitir e não punir é incentivar e estimular o bandido. Quem rouba - do cidadão comum ou do Estado - deve ir para a cadeia. E também devolver todo o produto do roubo. Ainda falta muito para acompanhar Dilma completar o serviço. E não o fará com os amigos que tem. Precisa do apoio declarado do povo brasileiro para fazer o resto.

Texto de publicado no Diário do Nordeste, em 31 de agosto de 2011, caderno Gente, coluna De Brasília, de Rangel Cavalcante

